



## **Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

### **ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

Aos 26 dias do mês de abril de 2022, pelas 15:30 horas, reuniu a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local, na Sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 2, relativa à reunião de 19 de abril;
2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2022  
Autor do parecer: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD);
3. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:
  - Projeto de Lei n.º 30/XV/1.ª (PCP) – Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde;  
Deputado autor do parecer: GP do PS;
  - Projeto de Lei n.º 31/XV/1.ª (PCP) - Alargamento dos incentivos para a fixação de profissionais de saúde em unidades e áreas geográficas com carências em saúde;  
Deputado autor do parecer: GP do PS;
4. Distribuição das seguintes petições da XIV Legislatura:
  - Petição n.º 251/XIV/2.ª, da iniciativa de Fernando Miguel Silva Gonçalves - Pela revisão das carreiras técnicas da DGRSP e criação da carreira única de técnico/a de reinserção (8627 assinaturas)  
Relator: Deputado do GP do PS;
  - Petição n.º 266/XIV/2.ª, da iniciativa de Grupo de Técnicos Superiores Vinculados ao Ministério da Educação - Para o direito à mobilidade dos técnicos superiores do Ministério da Educação (3182 assinaturas)  
Relator: Deputado do GP do PSD;
  - Petição n.º 310/XIV/3.ª, da iniciativa de Eduardo Bernardino - Enfermeiros - Pelo direito do acesso à reforma com pelo menos 55 anos de idade (11 186 assinaturas)  
Relator: Deputado do GP do PS;
5. Metodologia relativa à apreciação de projetos de resolução;
6. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição, com caráter de urgência, da Senhora Ministra da Coesão Territorial



## **Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

### **ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

sobre o processo de descentralização de competências para as autarquias locais;

7. Distribuição do Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na união Europeia – 2021 do GP do PS (a remeter à CAE até dia 9 de junho de 2022);
8. Outros assuntos.

---

#### **1. Apreciação e votação da ata n.º 2, relativa à reunião de 19 de abril;**

Submetida à votação, foi a ata n.º 2 aprovada por unanimidade, registando-se as ausências do PCP e do BE.

#### **2. Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 4/XV/1.ª (GOV) – Aprova o Orçamento do Estado para 2022**

**Autor do parecer: Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD);**

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) apresentou o respetivo parecer incidindo sobre as matérias que se inserem nas competências da Comissão, embora as mesmas ainda não estejam estabilizadas, e precisou que procurou ser o mais objetivo possível, razão pela qual utilizou transcrições de partes do relatório que acompanha a proposta de lei em apreço.

Intervieram os Senhores Deputados Pedro Cegonho (PS), Firmino Marques (PSD), Bruno Nunes (CH) e Carlos Guimarães Pinto (IL) que disseram acompanhar o parecer e respetivas conclusões, razão pela qual o votarão favoravelmente.

Submetidos à votação as Partes I (Considerandos) e III (Conclusões) foram as mesmas aprovadas por unanimidade, registando-se as ausências do PCP e do BE.

#### **3. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas:**

**- Projeto de Lei n.º 30/XV/1.ª (PCP) – Regime de dedicação exclusiva no Serviço Nacional de Saúde;**

**Deputado autor do parecer: GP do PS;**



**Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

**ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

- **Projeto de Lei n.º 31/XV1.ª (PCP) - Alargamento dos incentivos para a fixação de profissionais de saúde em unidades e áreas geográficas com carências em saúde;**

**Deputado autor do parecer: GP do PS;**

Os Projetos de Lei n.ºs 30/XV/1.ª (PCP) e 31/XV/1.ª (PCP) foram distribuídos, respetivamente, aos Deputados Susana Amador e Ricardo Lino, ambos do GP do PS.

**4. Distribuição das seguintes petições da XIV Legislatura:**

- **Petição n.º 251/XIV/2.ª, da iniciativa de Fernando Miguel Silva Gonçalves - Pela revisão das carreiras técnicas da DGRSP e criação da carreira única de técnico/a de reinserção (8627 assinaturas)**

**Relator: Deputado do GP do PS;**

- **Petição n.º 266/XIV/2.ª, da iniciativa de Grupo de Técnicos Superiores Vinculados ao Ministério da Educação - Para o direito à mobilidade dos técnicos superiores do Ministério da Educação (3182 assinaturas)**

**Relator: Deputado do GP do PSD;**

- **Petição n.º 310/XIV3.ª, da iniciativa de Eduardo Bernardino - Enfermeiros - Pelo direito do acesso à reforma com pelo menos 55 anos de idade (11 186 assinaturas)**

**Relator: Deputado do GP do PS;**

As três petições foram distribuídas, respetivamente, às Deputadas Alexandra Tavares de Moura (PS), Germana Rocha (PSD) e Eurídice Pereira (PS).

**5. Metodologia relativa à apreciação de projetos de resolução;**

Foi deliberado que, no momento da baixa dos projetos de resolução à Comissão, os respetivos serviços indagarão junto dos seus autores se pretendem que os mesmos sejam discutidos em Comissão ou se devem ser remetidos para Plenário.

- 6. Apreciação e votação do Requerimento apresentado pelo GP do PSD para audição, com carácter de urgência, da Senhora Ministra da Coesão Territorial sobre o processo de descentralização de competências para as autarquias locais;**

**Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

**ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

O Senhor Deputado Firmino Marques (PSD) usou da palavra para apresentar o seguinte requerimento:

*«Os municípios portugueses estão em turbilhão em consequência do processo de descentralização, que infelizmente está na ordem do dia pelas más razões.*

*A descentralização de competências para as autarquias locais, peça fundamental para o poder local, não constituiu, como se esperava, uma verdadeira reforma do Estado. A transferência de competências para os municípios continua a ter a oposição da maioria dos responsáveis autárquicos, que consideram que, mais do que efetivas competências, o que está a ser passado é um conjunto de tarefas, com as verbas envolvidas a mostrarem-se dramaticamente insuficientes.*

*O Governo tinha definido o passado dia 1 de abril como o prazo para descentralizar para os municípios as competências na educação, na saúde e na ação social (esta agora prorrogada para 2023), apesar do baixíssimo ritmo da adesão voluntária ao processo.*

*Acresce que a ANMP, que deveria ter um papel fundamental na negociação com o Governo em representação das autarquias, foi publicamente acusada de ter feito “um negócio com o Governo nas costas das autarquias”, acusação que o GP PSD considera ser muito grave e que necessita de um esclarecimento inequívoco da parte do Governo.*

*Pelo exposto e por se considerar toda esta situação incompreensível e muito preocupante, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, vêm nos termos legais e regimentais aplicáveis, requerer a audição com caráter de urgência da Sra. Ministra da Coesão Territorial para um esclarecimento cabal relativamente a esta matéria.»*

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) começou por dizer que a posição do GP do PS – salvo raras exceções e independentemente da maioria absoluta alcançada na presente Legislatura - tem sido no sentido de não obstaculizar a vinda às Comissões de membros do Governo na sequência de requerimentos apresentados pelos diversos grupos parlamentares. Mas, a escassos dias do início do debate sobre o Orçamento do Estado e estando em causa uma matéria que lhe é intrínseca, como a descentralização, que será certamente abordada na reunião do dia 5 de maio pela Senhora Ministra da Coesão Territorial, parece que a audição requerida – que não é oportuna nem urgente - fica de alguma forma prejudicada. Se, porém, subsistirem dúvidas, o Grupo Parlamentar do PS não se oporá a que, mais tarde, seja agendada uma audição na sequência do requerimento agora apresentado.



## **Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

### **ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

O Senhor Deputado Bruno Nunes (CH) disse acompanhar a preocupação do PSD e esclareceu que a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto – Lei-quadro de transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – esteve na origem não só da descentralização, mas da desresponsabilização por parte do Estado. Concluiu dizendo que é urgente a vinda da Senhora Ministra à Comissão.

O Senhor Deputado Carlos Guimarães Pinto (IL) afirmou que o Grupo Parlamentar da IL acompanha e aprova o requerimento apresentado e opinou que, para além de todas as questões sobre o processo da descentralização, designadamente as orçamentais, há uma muito importante, que é a questão institucional. Daí a importância de ser realizada a audição agora proposta.

Intervieram ainda os Senhores deputados Berta Nunes e José Carlos Alexandrino (PS).

Submetido à votação, foi o requerimento aprovado, com votos a favor do PSD, do CH e do IL e a abstenção do PS.

#### **7. Distribuição do Relatório anual do Governo sobre a participação de Portugal na união Europeia – 2021 do GP do PS (a remeter à CAE até dia 9 de junho de 2022);**

Foi designada relatora a Senhora Deputada Isabel Guerreiro (PS).

#### **8. Outros assuntos.**

Apesar de não constar da ordem do dia, a Senhora Presidente disse que importava distribuir naquela reunião ao Grupo Parlamentar do PSD o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2022 – Juntos por uma Europa mais forte: COM(2021)645, para efeitos de elaboração de parecer, na sequência de email remetido pelo Presidente da Comissão de Assuntos Europeus de dia 22 de abril, em momento posterior ao do envio da convocatória para aquela reunião. Foi então designada relatora a Deputada Gabriela Fonseca (PSD).



**Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

**ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

A Senhora Presidente informou ainda que a próxima reunião da Comissão após o processo orçamental será agendada para dia 31 de maio, terça-feira.

A reunião foi gravada em suporte [áudio](#), pelo que se dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

A reunião foi encerrada às 16:50 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 06 maio 2022.

**A PRESIDENTE**

**(ISAURA MORAIS)**



**Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local**

**ATA NÚMERO 3/XV/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Berta Nunes (PS)  
Eurídice Pereira (PS)  
José Carlos Alexandrino (PS)  
Maria da Luz Rosinha (PS)  
Norberto Patinho (PS)  
Pedro Cegonho (PS)  
Ricardo Lima (PS)  
Ricardo Lino (PS)  
Susana Amador (PS)  
Cristiana Ferreira (PSD)  
Firmino Marques (PSD)  
Firmino Pereira (PSD)  
Germana Rocha (PSD)  
Gustavo Duarte (PSD)  
Isaura Morais (PSD)  
João Barbosa de Melo (PSD)  
Maria Gabriela Fonseca (PSD)  
Bruno Nunes (CH)  
Carlos Guimarães Pinto (IL)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Guerreiro (PS)  
João Azevedo (PS)  
Sobrinho Teixeira (PS)  
José Moura Soeiro (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Alexandra Tavares de Moura (PS)  
Paula Santos (PCP)